

39 órgãos intervenientes, inclusive no licenciamento. Paralelo a todo este trabalho foi
40 levado a assembleia legislativa a política estadual de socioeconomia, onde o Estado
41 do Pará sai pioneiro, em uma demanda extremamente inovadora, vinculando e
42 fortalecendo o licenciamento ambiental no tocante a socioeconomia de grandes
43 projetos, criando também um ecossistema de fundos, ou seja, ele existirá para
44 aportar recursos, para execução principalmente quando fala-se em sinistros, onde
45 funcionam grandes empreendimentos. Em seguida, afirma que este conselho, por
46 meio da Secretaria Executiva, recebeu uma proposta da empresa Minerva com a
47 possibilidade de conversão de multa em prestação de serviço e melhoria da
48 qualidade do Meio Ambiente, e esta proposta vai de encontro com que a SEMAS
49 esta pactuando, tento essa proposta, e em conjunto com o PNUD, que é parceiro do
50 Estado, com o objetivo de dar suporte na tomada de decisão, principalmente quando
51 trata-se de sustentabilidade e gestão de território, por conta de impactos de grandes
52 empreendimentos. **A Conselheira Myrna Gouveia, representante do MPE**, solicita
53 esclarecimentos sobre caso seja deferido o pedido de conversão de multa, se o
54 ecossistema defuntos com o seu rito gerará estes recursos que irão ser
55 disponibilizados. **O Secretário Executivo - Thales Belo**, explica que isto dependerá
56 se que legislação alcançar o tempo da decisão e caso não seja, o fundo precisa ser
57 instituído legalmente e o entendimento do Estado é de que o PNUD fará
58 gerenciamento e talvez execução. Em seguida, **o Presidente** solicita que **o**
59 **Procurador do Estado, Dr. João Palacios - Coordenador CONJUR/ SEMAS** faça
60 um breve apanhado sobre os processos administrativos punitivos em que a empresa
61 Minerva foi autuada. O Procurador do Estado, expõe que foram lavrados cinco autos
62 de infração contra a Empresa Minerva, todos do ano de 2015, com um valor
63 aproximado de onze milhões, quatrocentos e setenta mil UPF's, com exceção de um
64 processo que está aguardando AR, todos os outros já estão sendo analisados na
65 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Em seguida o Secretário Solicita que os
66 representantes da empresa façam suas considerações, após isto o Secretário deu a
67 palavra para **o Conselheiro Eduardo Leão, representante da SEDEME**, que fez a
68 afirmação de que a Câmara Técnica, não tem um parecer final ainda sobre tal
69 proposta da empresa, mas que esta intenção da empresa é vista com bons olhos e
70 por mais que a empresa não seja responsável, ela é co responsável pelo acidente,
71 pelo fato de serem seus produtos a serem transportados. **O Conselheiro Vilson**
72 **Schuber, representante da FAEPA**, entende também que a Câmara Técnica tem
73 uma boa vontade no sentido de fazer o melhor e inclusive atender a proposta como
74 foi colocada, pelo principal motivo de que houve um gesto da empresa em procurar
75 uma solução. **O Conselheiro Glaucio Torres, representante do SINDAMBIENTAL**
76 acha válida essa iniciativa de composição e faz uma pergunta para representantes
77 da empresa sobre qual foi método utilizado para chegar ao valor que irá ser pago

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Thales Belo, Eduardo Leão, Vilson Schuber, and Glaucio Torres.

78 caso seja aprovada a proposta. **Os representantes da Minerva S/A** afirmam que
79 este valor foi elaborado em conjunto com o Ministério Público em audiências públicas
80 no município de Barcarena. **O conselheiro José Maria Mendonça, representante**
81 **da FIEPA** vê com muito bons olhos a proposta da empresa e deixa claro que
82 pessoalmente acha que a empresa não deveria ser responsabilizada, e, por fim,
83 acha que a Câmara Técnica Jurídica deveria manifestar-se logo. **O Conselheiro**
84 **Vilson Schuber, representante da FAEPA** em face da manifestação do
85 **Conselheiro José Maria Mendonça**, faz uma proposta para que seja colocado em
86 votação no conselho nesta reunião uma vez que a Câmara Técnica Jurídica tem a
87 pré disposição de aceitação. **O Conselheiro Gláucio Torres, representante**
88 **SIMDAMBIENTAL** pergunta se o custeio do programa apresentado pela
89 **conselheira Maria Amélia** pode ser feito pelo ecossistema de fundos. **O**
90 **Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha** expõe que o fundo fará a execução após
91 ser validado pela comunidade. **A Conselheira Maria Amélia** responde afirmando
92 que o município de Barcarena é muito forte devido os empreendimentos que
93 encontram-se instalados lá, e que por isso o município deveria ser um exemplo de
94 desenvolvimento sustentável, entretanto, ainda existem contradições enormes, Por
95 Fim afirma que olhou o relatório de sustentabilidade da empresa Minerva e acha
96 muito válido ressaltar que na verdade a melhor solução é aquela, não existe litígio e
97 afirma que apelaria para responsabilidade socioambiental da empresa, já que a
98 mesma está inserida neste contexto, para olhar desenvolvimento socioeconômico da
99 região, pois a receita da empresa são de quase dez bilhões de reais. **A Conselheira**
100 **Myrna Gouveia**, afirma que é muito preocupante esse montante de multas de um
101 dano ambiental muito grande para o Estado e de consequências para a população
102 até hoje, expõe que o Ministério Público Estadual fez um seminário e convidou
103 empresas, e conta que existe um debate apaixonado, pois ao mesmo tempo que a
104 população quer que as empresas fiquem em seus municípios, também querem a
105 melhoria da qualidade de vida. Afirma ser a favor desta conversão, mas faz
106 ressalvas sobre o valor, cita o princípio da legalidade e da proporcionalidade,
107 colocando que o COEMA, funciona regulamentado por leis que devem ser seguidas
108 e em relação a proporcionalidade, afirma que o valor sugerido não tem uma
109 proporção correta com todo o dano e também coloca que em matéria de direito
110 ambiental, a responsabilidade é solidária, reflete em toda uma cadeia. **O**
111 **Conselheiro Ubirajara Bentes, representante da OAB** expõe em sua fala que
112 concorda com a Doutora Myrna Gouveia e coloca que o valor colocado pela empresa
113 não condiz com os danos, e indaga que não entendeu a proposta do Conselheiro
114 Vilson Schuber, e pergunta se foi proposto que seja inserido as discussões sem
115 passar pela Câmara Técnica Jurídica. **O Conselheiro Vilson Schuber** afirma que
116 queria somente um balizamento do conselho, mas que Câmara Técnica Jurídica irá

Myrna Gouveia

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

[Handwritten mark]

AP/P

[Handwritten signature]

117 manifestar-se normalmente. **O representante da empresa Minerva S/A** pediu a
118 palavra para dar novas explicações, ele afirma que foram feitos acordos nas ACPS
119 que foram de nove milhões, sendo que três já irão ser destinados ao Fundo de
120 Ecossistema e mais quatro milhões que são propostos no acordo, defende-se
121 dizendo que a empresa já colaborou com mais de 16, milhões durante todo o
122 processo de 2015, e afirma que todos os valores foram discutidos em reuniões em
123 conjunto com autoridades na região, com toda a população, coloca que a empresa
124 também patrocina cursos em Abaetetuba. **O Conselheiro Afif Al Jawabri,**
125 **representante da SEDAP** afirmou que gostaria de chamar atenção dos conselheiros
126 para o que foi dito, para analisar um pouco além, existe o projeto Pará 2030, que nas
127 quatorze cadeias, oito estão no agronegócio e quando ocorreu o acidente, que foi um
128 grande dano, mas ele afirma que gostaria de chamar atenção para a decisão que o
129 COEMA vai tomar, pois a mesma pode aumentar ou diminuir o prejuízo. A cadeia,
130 quando fala-se em pecuária, pensa-se em grandes fazendas, mas na produção de
131 bezerrós é onde ficam os pequenos produtores, geralmente em assentamentos e a
132 exportação do boi em pé é muito importante para o projeto do Estado, ele afirma que
133 alguns dizem que o boi em pé não é tão interessante assim pois ele não é
134 processado aqui, e ele afirma, que concorda, mas chama atenção também na
135 questão do equilíbrio da oferta e da procura é essência, é o que equilibra o preço do
136 boi e do bezerro. **O Presidente, Dr. Luiz Fernandes Rocha** chama para apresentar
137 o PNUD, a sua **representante, Dra. Luciana.** **A Conselheira Patrícia,**
138 **representante da OAB/PA** faz uma pergunta para a Dr. Luciana no sentido de que
139 onde o PNUD esta atuando, para fins de parâmetro, com esse tipo de trabalho. Em
140 sequência, indaga como será feita a questão de prestação de contas, visto que a
141 legislação Brasileira é bem rígida. A Dr. Luciana expõe que o PNUD tem um centro
142 de desenvolvimento que fica na Turquia e lá são trabalhadas todas as ações nos
143 países, no Brasil existe um conjunto de empresas chamado Pacto Global, que atuam
144 no mundo todo, e é um projeto PNUD, no Brasil funcionam uma das maiores redes
145 do mundo, essa rede cria uma consciência ambiental nas empresas. Em relação a
146 operação de recursos, ela afirmou que isto já foi conversado com o Ministério Público
147 Federal, e foi colocado que em ações como estas, o dinheiro precisa ter "nome e
148 endereço". **A Conselheira Myrna Gouveia,** assevera que gostaria de entender a
149 compatibilização desde fundo; avaliando o risco, para não sobrepor-se com o próprio
150 Fundo Estadual do meio ambiente. **A Dra. Luciana,** explica que o Ecossistema de
151 Fundos, tem o entendimento de que existem modalidades diferentes de fundos e por
152 isso essas alocações vão ser pensadas dentro de estruturas distintas, é comum ao
153 Ecossistema de Fundos a governança dele, que envolve poder público e sociedade
154 civil, construindo, aprovando e dando diretrizes a este fundo. **O Secretário**
155 **Executivo do COEMA, Thales Belo,** complementa a fala da **Dra. Luciana** e

Handwritten signature/initials

Multiple handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Handwritten mark or signature on the right margin.

Handwritten initials 'AP' on the right margin.

Handwritten signature/initials on the right margin.

156 expõem que quando cria-se o ecossistema de fundos é para trabalhar a
157 compatibilização do que já existe e instituir aquilo que o Estado pretende executar,
158 para que não haja sobreposição de recursos. **O Conselheiro Gláucio Torres**
159 pergunta para a **Dra. Luciana** como será feita a escolha dos projetos e também
160 indaga sobre o instrumento de controle, chamado de observatório, em relação ao
161 seu funcionamento e composição. **A Dra. Luciana** explica que o desenho dos
162 projetos em geral envolve os parceiros diretos, no caso do governo ele decide os
163 atores que irão envolver-se. **O Conselheiro José Maria Mendonça** expõe a sua
164 preocupação quanto ao imbróglio que poderá ser criado. O Presidente, **Dr. Luiz**
165 **Fernandes Rocha** explica que existem dois projetos de Lei, um que institui a Política
166 Estadual do meio ambiente, de Educação Ambiental e outra que é Política de
167 Gerenciamento Costeiro, são dois projetos que já tem um longo tempo, **o Presidente**
168 chama a representante que irá apresentar a Política Estadual de Educação
169 Ambiental. **O Conselheiro Gláucio Torres** mostra ter um questionamento sobre a
170 política apresentada, ele pergunta sobre o financiamento e afirma que não percebeu
171 a destinação da parcela do tema para implementação da política, e que isso poderia
172 gerar uma certa insegurança, pois depender de multa e leilão é muito delicado pois
173 não é recurso que esta sempre disponível. **O Conselheiro Roberto da Secretaria**
174 **de Educação**, afirma que não criando disciplina que cria-se política, afirma que a
175 Secretaria de Educação vem trabalhando com a educação ambiental através de uma
176 cultura, com projeto de educação. Afirma que através de uma legislação isto iria
177 tornar-se mais forte. **A Conselheira Myrna Gouveia**, afirma que esta lei é
178 importante para o dia a dia, afirma que particularmente gostou muito do art. 20 do
179 projeto. **O Presidente** convoca os conselheiros para aprovarem ou não a minuta, a
180 mesma foi aprovada por maioria absoluta. Em seguida convoca para apresentação
181 da minuta do Projeto de Lei do Gerenciamento Costeiro, que é apresentado pela
182 **Servidora Iolene Azevedo, Geóloga da SEMAS**, que compõem a Equipe de
183 Gerenciamento Costeiro. A Servidora explica que este projeto foi apresentado ao
184 COEMA em outra reunião, onde a maioria dos conselheiros não participam da
185 composição atual. A minuta desta política foi pensada em conjunto com instituições
186 parceiras da Secretaria, teve início em 2012, a partir da aquisição de recursos,
187 oriundos de empréstimo do Banco Mundial, este recurso foi utilizado usando as
188 diretrizes do Banco Mundial, para a contratação de uma consultoria individual, o
189 resultado disto foi o Professor Constitucional Marcus Polleti, que conduziu e auxiliou
190 todo o processo de construção da minuta. Existe um pequeno histórico de
191 construção desta minuta, ela teve início em 2012 como já foi dito, em 2014 foi
192 conseguido realizar a oficina de construção, que foram duas, com a participação de
193 diversas instituições, em 2015 chegou-se a um produto final que foi passado para
194 DIORED. Em 2016 tinha-se uma previsão de encaminhamento para ALEPA e em

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Myrna, João, and others.

195 2017 foi feita novamente uma nova apresentação para o Secretário da SEMAS, e ele
196 sugeriu uma nova apresentação para este Conselho. Nas etapas de construção do
197 projeto foram realizadas oficinas em conjunto a SEMAS e instituições com o objetivo
198 de construir o texto da norma. Essas contribuições ao texto foram feitas, seriam as
199 regras de constituição de um instrumento legal. Na etapa três, existiu uma edição de
200 uma versão preliminar, onde foi feita uma análise da SEMAS e, a partir disto,
201 originou-se uma versão final. Esta terceira etapa foi feita em oitavas, nos postos
202 costeiros. Foram 140 atores que participaram na elaboração do texto. Foi observado
203 que o projeto foi desenvolvido por uma construção sólida, uma estrutura composta
204 de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, de natureza participativa. A política
205 pública, considerando que essa minuta é uma exigência que está prevista no
206 Decreto nº 5.300/2004 que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento
207 Costeiro. Foi observado que o projeto foi desenvolvido por uma construção sólida,
208 uma estrutura composta de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, de
209 natureza participativa. A política pública, considerando que essa minuta é uma
210 exigência que está prevista no decreto 5.300/2004 que regulamenta o plano nacional
211 de gerenciamento costeiro. A **Conselheira Patrícia Rocha, representante da OAB**,
212 afirma que este trabalho é de extrema importância, ele foi discutido, com as
213 comunidades e com outros parceiros, deixando-o extramente coerente e correto. O
214 **Conselheiro Danilo Alho, representante da Ecoamazon**, expõem que mais de
215 80% da costa é composta por mangue, sendo a maior área de mangue do mundo,
216 sendo 12 reservas extrativista presentes nesta área e com esta lei, estas famílias
217 irão ter uma proteção maior. O **Diretor de Biodiversidade do Ideflor-Bio, Crisomar**
218 **Lobato**, explica que: a fim de garantir os estoques pesqueiros geneticamente
219 viáveis, faz-se necessário a alteração de um dos artigos da minuta, no art. 4 onde o
220 penúltimo inciso deverá ser transformado em dois, um deles deve constar a
221 valorização das áreas prioritárias de conservação ambiental e neste mantêm-se o
222 restante do texto original e o próximo inciso que será acrescentado deverá conter a
223 valorização das áreas prioritárias de preservação da biodiversidade, garantindo
224 amostras representativas do ecossistema e do patrimônio genético, com objetivo de
225 proteger as espécies existentes e perpetuar a evolução natural na forma da lei. Foi
226 posto em votação e foi aprovado por unanimidade com ressalvas para esta correção.

227 Em seguida foi convocada a apresentação do Projeto, pelo **Sr. Giovane**,
228 **representante da empresa Matrix**. O **Conselheiro Thiago Valente, representante**
229 **do IDEFLOR-Bio** pergunta para o representante se ocorreu algum tipo de pesquisa
230 quanto ao custo de produção do carvão normal para esta nova modalidade de
231 produção. O representante da empresa expõem que o custo desta nova modalidade
232 de produção é mais baixo que o modo convencional, ele explica que para a produção
233 de um carvão normal são necessários quatorze dias num forno controlado por dois

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Jes', 'Thiago', and 'Giovane'.

234 operários, para produção deste novo modelo serão necessárias doze horas. O
235 **Conselheiro José Maria Mendonça** indaga sobre qual seria a relação de madeira
236 seca e carvão. O Representante expõe que a relação seria de 20%, no qual seria o
237 produto e nessa nova tecnologia, subiria para 40%. **A Conselheira Myrna Gouveia**
238 pergunta qual seria a área de plantio para que o projeto fosse viável
239 economicamente. O Representante Explica que é possível usar areá degrada, por
240 isso não é necessário desmatar. **A Conselheira Myrna Gouveia**, pergunta se existe
241 algum tipo de pesquisa na região norte do Brasil, envolvendo esta tecnologia. O
242 representante explica que a empresa é de capital fechado e todo o investimento de
243 risco vai ser por conta da empresa, o que eles querem com essa reunião é expor ao
244 conselho e mostrar as vantagens. **O Presidente** pergunta se precisaria de muitas
245 mudanças nas empresas para utilizar este novo método de produção. O
246 Representante explica que apenas mudaram o processo, não serão mudadas as
247 plantas da empresa. **A Conselheira Maria Amélia** pergunta qual seria a área
248 mínima necessária para garantir a viabilidade. O representante aduz que existem
249 três frentes de projeto, uma em Belém, relacionado com o açaí, focado em
250 verticalização. **A Conselheira Patrícia Rocha**, afirma que ocorreu uma reunião com
251 a comissão exclusivamente na época dos resíduos sólidos de Marituba, e foi quando
252 ela conheceu esta empresa e também afirma que eles estão em processo de
253 implantação desse aproveitamento de açaí e o que é um problema. **A Conselheira**
254 **Myrna Gouveia** explica que a Prefeitura de Belém reuniu com representante, sobre
255 o acordo setorial, ela explica que a grande questão é a forma que vai ser depositada
256 esse açaí, é que vai ser necessário o comerciante fazer um depósito na rua, a
257 preocupação seria de quem arcaria com esse custo. **O Conselheiro Eduardo Leão**
258 explica que o grande entrave é o financiamento, pois a viabilidade ele irá ter. Após
259 isso, **o Presidente** declara encerrada a reunião.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a signature that appears to be 'Myrna Gouveia' with 'SEGUAPA' written below it. To its right is another signature, possibly 'Eduardo Leão'. Further right are several other signatures, including one that looks like 'Patrícia Rocha' and another that is more stylized. On the far right, there is a vertical signature that reads 'Schneider, D. L.'. There are also various initials and scribbles scattered throughout the bottom section.